O(s) centenário(s) da abolição*

Luiz Claudio Barcelos**

* Recebido para publicação em janeiro de 1991.

** Aluno do Programa de Mestrado em Sociologia do Iuperj e pesquisador do CEAA.

(...) quilombo em muito nome,
quilombo em muito anônimo,
quilombo vivo em pleno centenário da
natimorta abolição (...)
(Oliveira Silveira, Poema sobre Palmares.)

INTRODUÇÃO

Em 1988 completou cem anos o ato que aboliu o regime de trabalho escravo no Brasil. Os centenários (com suas variantes precedidas de prefixos como "sesqui", "bi" etc.) são socialmente estabelecidos como importantes marcos cronológicos a serem celebrados. No entanto, não basta completar um século. Só sobrevivem à ação deletéria do tempo aquelas datas que repercutem perspectivas atuais. Certamente é esse o caso do centenário da abolição, que motivou inúmeras manifestações de indivíduos, grupos de movimento social, entidades privadas e instituições oficiais. Produzindo significados, complementares ou conflitivos, os mais diversos agentes sociais se mostraram interessados em investir o centenário do sentido por cada um atribuído à ocasião. Os jornais são testemunhos desse imenso mosaico. Contudo, mais do que apenas noticiar, a imprensa veicula suas interpretações. O objetivo deste artigo é apreender como o centenário da abolição foi visto pelos jornais, em edições e suplementos especiais publicados no e em torno do dia 13 de maio de 1988.

Cada jornal, como veículo de opinião, expressa, de maneira mais ou menos adequada, os interesses e as expectativas (ou o que se acredita como tal) de seus leitores. Por outro lado, a narrativa jornalística encerra uma representação da realidade com abrangência maior ou menor. As mensagens que os jornais veiculam, reproduzem, de forma dinâmica e complexa, imagens sociais, ao mesmo tempo que ajudam a produzi-las. Essas mensagens são preenchidas com *falas* que podem ser textos escritos, uma seleção de fotos ou expressivas ausências. Através desses elementos pretendo chegar aos muitos significados que os jornais deram ao centenário da abolição.

CENTENÁRIO: MOTIVANDO REFLEXÕES

O centenário da abolição foi visitado em algumas pesquisas. É o caso da empreendida por Patrícia Birman (1990), que pesquisou as categorias raciais empregadas no transcurso do ano de 1988, buscando captá-las através da análise de material jornalístico produzido no período. Para a autora, o emprego majoritário do termo "negro" representa uma tentativa de tornar a negritude uma opção possível. Deixando em aberto o sentido atribuído a essa negritude, Birman se preocupa com os recursos utilizados para dotá-la de legitimidade. Afirma, então, que o negro "se articula com um certo papel de guardião da memória e do patrimônio moral da nação", concluindo que a "construção do negro como elemento de continuidade com o passado, com efeito, foi o que mais se apresentou no transcorrer do ano de 1988" (Birman, 1990, p. 9).

Esse passado se projeta fortemente sobre o presente e é em função da presença de elementos que remontam a uma experiência social extinta que são identificados patrimônios artístico-culturais. Até mesmo a denúncia de desigualdades contemporâneas (e eu acrescentaria: ainda que não sendo vistas apenas como herança da escravidão) se fez tendo como referência o passado escravo:

> *Por esse privilegiamento concedido a uma temporalidade mítica, foram inúmeras as metáforas que relacionaram a equivalência entre esses dois tempos: senzala como quarto de empregada, mulher negra como escrava, trabalho como cativeiro, patrão como senhor e feitor e, condensando tudo isso, a palavra de ordem: 'vamos mudar, nada mudou'.* (Birman, 1990, p. 11.)

Lília Schwarcz (1990) se volta para as múltiplas dimensões dos eventos promovidos no centenário. Definindo-os como "festejos" – conceito com o qual procura abarcar a intenção de "não deixar passar, não deixar esquecer" –, a autora chega a uma multiplicidade de significados, seja em termos das várias interpretações que um mesmo evento propicia, seja através dos diversos agentes interessados em intervir. Presentes nas atividades estiverem "o Estado com seu discurso oficial; a academia com seu falar competente; as exposições plásticas com seu traço declaradamente apolítico; os movimentos negros com seu grito militante; e por fim o público curioso com seu olhar ora desinteressado, ora envolvido" (Schwarcz, 1990, p. 17).

Acreditando identificar "uma especificidade paulistana de comemoração",[1] Schwarcz percorre manifestações públicas, eventos oficiais, exposições e agendas de congressos científicos, identificando então as mensagens possíveis de serem extraídas de um evento. A partir daí, elabora uma arguta descrição:

> *(...) A heterogeneidade na composição [da mesa] levava, por sua vez, à diversidade imperante no que se refere à concepção sobre 'o que afinal se fazia lá'. Assim, por exemplo, enquanto para Dalmo Dallari (que abriu os trabalhos) a principal ênfase centrava-se na crítica das relações brasileira com o regime racista da África do Sul, outras falas buscavam dar ao evento outras significações: para a representante da OAB o evento parecia estar diretamente vinculado à questão da cidadania; para as militantes do movimento negro o tema ligava-se à discriminação racial e em especial à mulher negra; por fim, para Ida Maria (...), a solenidade parecia representar mais um 'encontro social' com ganhos talvez eleitorais.* (Schwarcz, 1990, p. 18.)

Já pesquisa de Maria Laura Cavalcanti (1990) se preocupa em investigar como a temática racial foi especialmente enfocada em 1988 no desfile das escolas de samba de primeiro grupo no Carnaval do Rio de Janeiro.

Antes, a autora traça o histórico da elaboração de uma temática negra que passa por transformações ocorridas no Carnaval, no desfile das escolas de samba e na estruturação interna dessas instituições. Apresentaram-se com enredos alusivos ao centenário quatro escolas de samba:

> *(...) A Tradição, no ano do centenário, homenageia 'este Brasil miscigenado' com o enredo O Melhor da Raça, o Melhor do Carnaval, de João Rozendo. Seu objetivo é o de 'mostrar que o nosso povo reúne em si o melhor de cada uma das etnias formadoras da nação brasileira'.*
> *(...)*
> *A Beija-Flor trouxe o enredo Sou Negro do Egito à Liberdade, de Joãozinho Trinta, proclamando, no ano do centenário da Abolição, as 'liberdades maiores do negro', 'liberdades verdadeiras que engrandecem a humanidade: as das culturas negras'. Sua idéia era a de mostrar, apoiado na egiptologia moderna, que o negro estava na origem de grandes civilizações históricas, mostrando a continuidade entre a cultura egípcia, a africana e a nossa.*
> *(...)*
> *A Vila trouxe Kizomba, a Festa da Raça (...) a apresentação do enredo explica, 'é uma palavra do kimbundo, uma das línguas da República Popular de Angola, e significa o encontro, confraternização'. Proposta político-cultural de vertentes do Movimento Negro que extrapola o Carnaval (...)*
> *(...)*
> *(...) A Mangueira falava da escravidão, da força da influência da tradição negra na cultura brasileira, e questionava a Abolição: 1988, Lei Áurea: Cem Anos de Liberdade ou de Discriminação. 'Ontem negro, escravo; hoje gari, cozinheira. Só alguns deram certo. Livre do açoite da senzala, preso na miséria das favelas'.* (Cavalcanti, 1990, p. 35-6.)

Assim, nesse gigantesco ritual que é o desfile de Carnaval, mobilizador de milhares de pessoas, são identificadas diversas posturas possíveis diante da temática racial, em torno da qual se estabeleceu uma disputa entre elementos concorrentes. Para a autora, ao comemorar o centenário, os enredos atingem o "cerne da temática racial". Conclui, então, que, ao "fazê-lo, lançam mão das possibilidades de mediação da oposição: a integração/harmonia e a resistência/conflito" (Cavalcanti, 1990, p. 37). Qualificando ainda mais o argumento, eu diria que longe de indicar situações-limites, marcadas por polaridades, as propostas dos enredos, bem como seus respectivos desenvolvimentos, como está demonstrado no próprio texto, encerram, cada uma delas, a gama de opções possíveis frente às relações raciais no Brasil. Situação análoga ao que acontece no nosso sistema classificatório, caracterizado por um contínuo em que circunstancialmente são acionados diferentes termos e identidades.[2]

Com base no material colhido em um vasto levantamento das atividades relacionadas ao centenário, Yvonne Maggie (1989) reflete, no mais estimulante texto sobre a data, a respeito das categorias raciais empregadas, do contexto no qual foram produzidas e da situação à qual elas se aplicam. Inicialmente, a autora localiza a cor como um dos elementos cuja percepção é dada pela cultura, que "constrói combinações significativas que limitam o uso das possibilidades fornecidas pela natureza ao homem". Através desse arcabouço conceitual, introduz a discussão dos termos utilizados na sociedade brasileira quando se trata da questão da identidade étnica ou se debate o sistema de classificação racial:

> *A cultura impõe limites à natureza e, entre muitos termos de cor no Brasil, escolheu alguns para falar de origem, identidade e*

cultura; outros para falar de diferenças na ordem propriamente social e ainda um terceiro conjunto de termos que escamoteia diferenças. (Maggie, 1989, p. 7.)

Maggie reforça o argumento de que os diferentes termos são utilizados dependendo do conteúdo da situação social em questão. Analisando o total de eventos ligados ao centenário, os que o valoram positiva ou negativamente, constata que "o 'negro' é expressão recorrente e constante, havendo pouca ou nenhuma referência à mestiçagem, não só nos títulos dos eventos como no conteúdo dos documentos produzidos", num contexto em que dos "1.702 eventos, apenas 35 falam das relações entre 'brancos' e 'pretos' e dos números das desigualdades raciais. Desses 35, 4 são realizados fora do Brasil, sendo que há apenas 12 eventos realizados no exterior" (Maggie, 1989, p. 15).

Intrigada com escolha tão generalizada de uma determinada categoria, Maggie, sumariando outros trabalhos, mostra que a origem do uso do termo "negro" está justamente no ocaso da escravidão. Desaparecendo o estatuto legal, por si só hierarquizador, a sociedade brasileira, com sua peculiar interpretação do credo liberal, recorre a artifícios que repõem velhas hierarquias. O novo enfoque das relações raciais, assumido inclusive, ou principalmente, pelos grupos do movimento negro, rompendo com o "mito da democracia racial", não foi suficientemente forte a ponto de deslegitimar a "fábula das três raças". No universo cultural, são buscados elementos para consolidar solidariedades contemporâneas e, no ano do centenário, essa estratégia repercute na maneira como são, majoritariamente, manipulados os símbolos que dotam de significado a ocasião. Conclui a autora que:

No ano do Centenário a diferença foi colocada na cultura, porque é da origem e não do presente que se fala. É a identidade da nação que se busca. Mas o ano do Centenário revelou também o terror de se pensar 'pretos' e 'brancos', 'claros' e 'escuros' como mesmos diferentes no social. É esse temor que mantém as demandas por igualdade e cidadania nos limites estreitos de alguns eventos acadêmicos e muitos manifestos de um pequeno grupo de participantes do movimento negro. (Maggie, 1989, p. 24.)

Dessa circunstância resulta uma espécie de incomunicabilidade entre os conjuntos de termos utilizados no emaranhado das complexas relações raciais no Brasil. Tal fato tem repercussões que atingem os mais diferentes níveis, desde as estratégias adotadas pelo movimento negro, até a (não) adoção de políticas públicas. Em tom veemente, Maggie finaliza:

(...) Ao se enfatizar a diferença cultural usa-se o termo 'negro' e não se fala nos números gritantes da diferença entre 'pretos' e 'brancos'. Por isso, no ano do Centenário, não se falou que 'pretos' têm 8 anos a menos que 'brancos' em termos de expectativa de vida. Não se disse que 'pretos' estudam menos anos que 'brancos' e que morrem mais crianças 'pretas' do que 'brancas'. É certamente por isso que o 'negro' no Brasil é assunto do MINC e não do Ministério do Trabalho, da Saúde ou da Justiça. (Maggie, 1989, p. 27.)

Toda a complexidade das relações raciais no Brasil, as várias dimensões que pontuaram o centenário, estiveram presentes, como não poderia deixar de ser, nos jornais. Em suas páginas podem ser vistos os múltiplos significados das celebrações, as variadas dramatizações da temática racial, o conflitivo uso das categorias raciais. São registros que revelam a(s) realidade(s).

OS JORNAIS FALAM SOBRE O CENTENÁRIO

O período identificado como *ano do centenário* mereceu amiúde a atenção da imprensa, incrementada com a proximidade do dia 13 de maio de 1988. Alguns jornais até criaram logotipos específicos, como ocorre em grande ocasiões (eleições, Carnaval, por exemplo). Todo esse interesse culminou com a elaboração de suplementos e edições especialmente voltados para o centenário. Nesse momento, emergem interpretações globais que refletem o ponto de vista de determinado órgão de informação. É óbvio que cada jornal pode ter trazido mais de uma interpretação, por vezes divergentes. Schwarcz, ao proceder a uma análise sincrônica dos periódicos do século XIX, revela que num mesmo jornal surgem, a propósito da figura e da condição negra e escrava, diferentes representações ligadas às seções onde são veiculadas. Cada uma destas "parece oferecer como que pedaços de significação, que se amoldam uns aos outros ou não, reafirmando-se ou negando-se" (Schwarcz, 1987, p. 99).

Os jornais mostram que o centenário, além de rememorar um feito histórico, serviu para elaborar questões atuais. Não se tratou apenas de discutir sobre as causas e efeitos da abolição da escravatura, mas, sobretudo – e nesse ponto se encontra o meu interesse –, de elaborar significados que respondessem a problemas contemporâneos. Nesse sentido, o centenário apareceu como que descolado do fato histórico que lhe deu origem, adquirindo vida própria. Essa vitalidade é alimentada por questões que atormentam a sociedade brasileira, especialmente no campo das relações raciais.

No Brasil, a questão racial se expressa em termos da diferenciada possibilidade de os segmentos raciais terem acesso aos dispositivos e bens institucionais disponíveis. A análise dos indicadores sócio-econômicos não deixam dúvida quanto à existência das desigualdades raciais, que se reproduzem malgrado a modernização e industrialização da sociedade brasileira. Estudos realizados a partir da década de 1970, com um novo enfoque das relações raciais – de que são marcos os trabalhos de Hasenbalg (1979), Silva (1981) e Oliveira *et al.* (1983) –, demonstram que a raça atua como um princípio classificatório estrutural na sociedade brasileira.

Concomitantemente, a "democracia racial" – representação segundo a qual as relações raciais no Brasil se pautam pela simetria entre os diferentes grupos – começou a sofrer contumaz contestação. Derrogar o "mito da democracia racial" passou a ser um dos principais alvos, mormente como objetivo político de grupos do movimento social que se reestruturaram, também, a partir dos anos 70. Em lugar de uma ordem racial harmoniosa e não-conflitiva, emerge uma sociedade na qual formas de racismo e discriminação se manifestam violentamente, embora, às vezes, de maneira cifrada, como na famigerada expressão "boa aparência", típico requisito exigido para preenchimento de determinadas posições no mercado de trabalho.

Um último ponto a ser assinalado é o que diz respeito ao fracasso do branqueamento como projeto com mínimas chances de sucesso. Skidmore (1976, cap. 2) demonstra como a "ideologia do branqueamento" está comprometida, já em sua gênese, com teorias racistas hoje insustentáveis. A "ideologia do branqueamento" foi pensada, primeiro, como um expediente que tentava aproximar o país de padrões estéticos e culturais europeus, veiculando a imagem de um país predominantemente branco, e, em segundo lugar, como estratégia para tornar a população, com o eficaz concurso de correntes migratórias, de fato, branca. Além da falência como recurso ideológico, em termos empíricos a marcha do branqueamento parece ter sido barrada. Com base em dados da PNAD de 1982, Hasenbalg *et al.* constatam a tendência ao aumento do

grupo não-branco. Os "resultados, que apontam para um crescimento mais rápido do grupo pardo, contrariam umas das expectativas iniciais, qual seja, a de que estaria acontecendo um processo de embranquecimento da população" (Hansenbalg *et al.*, 1989, p. 195).

Esses fatores fazem com que sejam buscadas novas interpretações para as relações raciais no Brasil. Não dá mais para negar a discriminação ou acreditar que com o tempo ela desapareça (ou que desapareça o negro). É nesse sentido que afirmo existir uma questão racial a ser resolvida na sociedade brasileira, o que permite dizer que estamos vivendo um peculiar momento de redefinições. Daí o interesse que o centenário da abolição despertou nos jornais. Como bem exprimiu Schwarcz, parece que toda a imprensa tinha que "dizer algo sobre o evento, mesmo que guardando o estilo do veículo de informação em questão". (Schwarcz, 1990, p. 17).

É importante registrar que "negro" é a categoria racial amplamente utilizada, de tal forma que aparece como exceção a designação "de cor" empregada por *O Estado de São Paulo*. No resumo do artigo intitulado "Contribuições para a cultura e a vida", lê-se que "as elites de cor já dispõem de consistência suficiente para manifestar suas diferenças no modo de conceber e atuar na realidade brasileira" (*ESP*, p. 5). No entanto, tal categoria cria dificuldades ao próprio autor, que assinala:

> *A proposta deste jornal para um artigo sobre as elites de cor e suas contribuições para a vida e a cultura foi desafiadora (...) O termo elites é uma armadilha (...) Particularizado pela expressão de cor, como vem no tema, o termo elites supõe uma especificação que é ilusória, de fácil demonstração (...) As elites de cada um desses grupos [o negro e o branco] seriam inevitavelmente elites de cor, o que não especifica nada.* (*ESP*, p. 5).

O autor se define pelo emprego do termo "negro". Parece ser inquestionável o consenso, entre os grupos de luta contra a discriminação, a imprensa e o meio acadêmico, que "negro" é a categoria definidora desse segmento racial da população, ao menos para certa ordem de fenômenos.[3] Mais adiante voltarei ao assunto.

Para acompanhar os significados atribuídos a esse particular momento da vida social brasileira, dividi esta parte do texto em seções. Assim, identifico tematicamente as diferentes dimensões do centenário.

O CENTENÁRIO QUE FALA DO PASSADO

Um certo significado atribuído ao centenário projeta fortemente a imagem do passado. É o centenário que fala quase exclusivamente da escravidão, reconstituindo, em seus múltiplos aspectos, as relações sociais desse regime.

Nesse sentido, *O Estado de São Paulo*, em meio a ilustrações de Rugendas e Debret, leva o leitor a entrar em contato com diversos aspectos da sociedade escravista. Dos 15 textos que compõem o suplemento especial, escritos por especialistas do mundo acadêmico, 13 são sobre a temática da escravidão. Fica-se sabendo dos processos que levaram à abolição, das relações familiares entre os escravos, das formas de contestação aberta ao regime, como os quilombos e as rebeliões. Reproduz-se o texto publicado em *A Província de São Paulo* de 13 de maio de 1888 e se argumenta quanto ao importante papel desse órgão no processo abolicionista. Mostra-se, então, que a intenção de resolver a questão racial eliminando o negro, como sabemos, não é uma novidade:

> *Não pode haver republicano que não seja abolicionista, proclamava* A Província de São Paulo, *em 1880. Em sua clara posição abolicionista, o jornal defendia a substitui-*

ção do braço escravo na lavoura pela mão-de-obra estrangeira. (*ESP*, p. 1.)

O retorno ao passado também se dá através de depoimentos de pessoas idosas, de preferência ex-escravos. Na *Tribuna da Imprensa*, há fragmentos da história de vida de um velho ex-escravo de 120 anos, cuja "fala um tanto enrolada pela idade e pela falta de dentes" é capaz de relatar "com espantosa lucidez" o cotidiano do trabalho escravo e o período pós-abolição.[4] Reforçando a identificação com o passado, em que a categoria "ex-escravo" se impõe como chave, o jornal afirma:

(...) Mesmo com a alforria dada pela Lei Áurea, quase toda a escravaria da fazenda mineira de Angra dos Reis permaneceu no local. As alternativas eram poucas e ali, embora o trabalho fosse pago com 'uns trocados', os ex-escravos tinham asseguradas casa e comida, como conta Seu Manoel. (*TI* p. 1.)

Esse recuo a tempos pretéritos tem o seu fecho de ouro na reprodução de jornais e de documentos da época. Além da já mencionada matéria em *O Estado de São Paulo*, a *Gazeta de Notícias* reproduz sua primeira página, em tamanho original, de 14 de maio de 1888.[5]

A visão das relações raciais que isola no tempo a presença do negro tem suas variantes em termos culturais e geográficos. Trata-se de identificar nas práticas culturais traços de uma origem africana, sobrevivências de um código cultural estrangeiro,[6] principalmente através dos elementos do universo religioso. Fazendo par com os onipresentes glossários que traduzem termos utilizados, especialmente no candomblé (como o publicado na *Gazeta de Notícias*, p. 7), podem ser encontradas afirmações como a do autor do artigo intitulado "Identidades culturais: Brasil, África, Brasil". Diz ele:

É sabido que as religiões genericamente chamadas de afro-brasileiras guardaram uma vida africana nos terreiros que inclusive eram conhecidas como Áfricas. (*GN*, p. 11. Grifos do autor.)

No entanto, não é só na religião que esses traços são identificáveis. Esse mesmo texto anteriormente já advertia que nesse lastro cultural "incluem-se as línguas, os alimentos, música, dança, teatro, artesanato/arte e tudo mais que possa formar e determinar um elenco substancial de motivos e de realizações do ser africano no Brasil, e do ser afro-brasileiro" (*GN*, p. 11).

Tal concepção, aliás, teve sua expressão visual nos próprios jornais, que não trazem apenas textos, mas também fotos, desenhos e charges. Assim, lendo o "Folhetim", caderno do jornal *Folha de S. Paulo*, pode-se até ficar informado das questões que envolvem os "100 anos do 13 de maio – data oficial da abolição da escravatura (...) em seus aspectos históricos, políticos e literários" (*FSP*, p. 2), como anuncia o sumário do encarte. Mas percorrendo as ilustrações a sensação que fica é que o negro é um alienígena, habitante da América do Norte ou, sobretudo, da África. Das 18 reproduções que ilustram o "Folhetim", apenas três são sobre o Brasil, sendo a primeira uma vista da antiga Avenida Central (atual Rio Branco, no Centro do Rio) e as outras duas, imagens onde as figuras humanas (uma criança negra em cada) são pequenos detalhes. Vale a pena transcrever algumas das legendas que acompanham as ilustrações:

Um 'sengha' de Daomé, fotografado em 1896 (*FSP*, p. B.2).

Babá negra carrega uma criança branca, em Johanesburgo, na África do Sul (*FSP*, p. B-4).

Anna A. Hinga Frapa, Accra, foto que integra o ensaio de Paul Stand 'Ghana: An

African Portrait', realizado neste país da costa ocidental da África (*FSP* p. B-5).[7]

Família negra norte-americana do estado do Mississipi, fotografada em 1953 pelo francês Edouard Boubat (*FSP*, p. B-9).

Cena cotidiana no metrô de Nova York, em 1964, registrada pelo fotógrafo francês Edouard Boubat (*FSP*, p. B-13).

Esse significado do centenário parece querer tornar o negro uma lembrança histórica, personagem de tempos e lugares remotos. Como tal, repete a proposta de resolver a questão racial eliminando um de seus elementos.

O CENTENÁRIO QUE FALA DAS CONTRIBUIÇÕES

Nesse tema, podem ser relacionadas as interpretações que atribuem ao centenário o caráter de resgatar o conteúdo negro, ou melhor, o quanto o negro colaborou em determinada área de expressão. São muitas as contribuições: o negro e a música, o negro e a cultura, o negro e o teatro, o negro e o esporte, e por aí vai. O alerta sobre o que seria o Brasil sem a presença constitutiva do negro adquire tons dramáticos. No artigo "O negro samba, o negro joga capoeira", publicado por *O Dia*, lemos:

Sem o negro a música popular brasileira simplesmente não existiria, pelo menos nos moldes em que conhecemos (...) Sem o negro escravo, cuja libertação chega agora ao centenário, neca de samba ou de maracatu. Neca de jongo ou lundu. Neca de capoeira ou cururu. (...) Isso, pra ficar no campo restrito da música – sem falar de culinária, por exemplo. (*O Dia*, p. 8.)

No capítulo das contribuições não poderia faltar referências à miscigenação. Situação experimentada pelas mais diversas sociedades ao longo da história,[8] a mestiçagem tem sido em cada uma delas diferentemente qualificada. Vista com horror por Nina Rodrigues, acaba sendo redefinida como um patrimônio da cultura brasileira, fazendo-se necessário reafirmá-la como valor a ser preservado, um dos componentes da imagem do brasileiro como alguém de índole cordial. O jornal *Última Hora* publica em sua primeira página:

(...) Os brasileiros podem dizer, com justo orgulho, que não existe nenhuma nação com tão ampla mistura racial e com semelhante convívio. 'Pretos, brancos, índios, fez-se a miscigenação'. (...) Mas no enredo da vida a mistura de raças foi ainda mais completa, pois veio gente de toda parte, inclusive do Extremo Oriente, para compor esse singular povo do Brasil. (*UH*, p. 1.)

Com a miscigenação garante-se, ao menos, uma convivência pacífica. Surge, então, o apelo para sua preservação no *Estado de São Paulo*:

(...) Daí a negação de certos grupos de cor a comemorar o 13 de maio. Entende-se o raciocínio que os leva a tanto. Parece-nos, contudo, inexistirem motivos para tal radicalização, que poderia levar a uma luta de raças. (*ESP*, p. 2.)

De um modo geral, quando o enfoque do centenário são as contribuições, fala-se, sobretudo, de um universo fragmentado. É um significado ao qual se aplica uma das críticas, entre outras, dirigida à teledramaturgia brasileira, em que a personagem negra é quase sempre retratada de forma isolada e descontextualizada.

O CENTENÁRIO QUE FALA DO 20 DE NOVEMBRO

Sabemos que o movimento negro adotou como símbolos Zumbi e o 20 de novembro por oposição à princesa Isabel e ao 13 de maio. Como se presenciássemos uma guerra de datas, a esta ficou reservada a crítica e os atos de protestos, enquanto à primeira foram consagradas as festas e as comemorações. Pode-se ter uma dimensão dessa disputa se se leva em consideração que o 13 de maio, mesmo contestado, ainda ocupa um lugar destacado no imaginário social, motivando, inclusive, várias manifestações de cultura popular, especialmente em áreas não-urbanas.

Os jornais participam desse embate. Em meio a revisões do processo que levou à abolição, depoimentos e afirmações como a de que o "mais importante, segundo eles [negros], é reverenciar o 20 de novembro" (*ZH*, p. 1), uns propõem o questionamento, outros realizam radical transmigração:

> *Entre o 13 de maio e o 20 de novembro, eis a questão* (*JB*, p. 1).
>
> *Centenário, da abolição, resgata luta de Zumbi* (*GN*, p. 1).

Os leitores ficam conhecendo Zumbi e o célebre quilombo de Palmares, bem como o histórico do 20 de novembro enquanto data com algum significado especial,[9] O *Zero Hora*, na matéria "Gaúchos valorizam Zumbi", relata:

> *Muito pouca gente sabe que a data reivindicada hoje pela comunidade negra brasileira, como o marco de sua verdadeira libertação, surgiu aqui no Rio Grande e foi levantada pelo poeta e historiador negro Oliveira Silveira. O 20 de novembro foi comemorado pela primeira vez em Porto Alegre no ano de 1971, com um ato no extinto Clube Náutico Marcílio Dias, pelo Grupo Palmares. (...) Segundo Oliveira Silveira, desde 1969 já havia uma percepção de que o 13 de maio não significava nada em termos de libertação para a população negra do país. E, por isso, diversos grupos já discutiam a criação de uma data alternativa que verdadeiramente representasse o espírito de luta e expectativa de liberdade da comunidade negra. (...) O objetivo fundamental da iniciativa era lembrar a epopéia de Palmares. (...) O 20 de novembro, para muitos pesquisadores e integrantes do movimento negro brasileiro, pode ser considerado hoje um elemento de motivação para a ação dos grupos, além de ter representado um poder aglutinador dentro da comunidade negra nos anos 70.* (*ZH*, p. 3.)

A tentativa de fazer o centenário gravitar em torno do 20 de novembro tem curiosas contradições. Maggie (1989, p. 12) constatou que no ano do centenário foram realizados muito mais eventos em maio do que em novembro, respectivamente 666 contra 162. Além disso, ou principalmente, o 20 de novembro, em 1988 (como, de resto, nos anos anteriores), mereceu escassa atenção por parte da própria imprensa que o consagrara seis meses antes. Embora sem o levantamento dos elementos materiais, arriscaria mesmo afirmar que o melhor momento para se ter tomado contato com o 20 de novembro foi no 13 de maio.

O CENTENÁRIO QUE FALA DO ESTADO

Talvez o título que melhor traduziria o conteúdo desta seção fosse "O Estado fala do centenário e das relações raciais". Vainer estudando a legislação sobre migração, constata a existência de um contexto em que o enunciado "as classe dominantes, as elites, o Estado brasileiro têm desempenhado um papel relativamente neutro diante da questão racial" (Vainer, 1990, p. 18) seria uma representação congênere ao "mito da democracia racial".

Contudo, uma série de iniciativas registradas por ocasião do centenário parece questionar tal neutralidade.

Alcançou ampla repressão uma passeata no Rio de Janeiro organizada por grupos do movimento negro. Grande contingente de tropas queria impor um trajeto não aceito pelos organizadores da manifestação, o que foi visto como indicação de que "o Estado" tinha mostrado "o quanto é conservador e racista" (*UH*, p. 9).

O centenário encontrou o Brasil em meio aos trabalhos de elaboração da nova Carta constitucional. Nessse processo recebe o golpe de misericórdia a chamada Lei Afonso Arinos, por muito tempo a única iniciativa com vistas a coibir a discriminação racial e cuja trajetória foi registrada pelo *Jornal do Brasil* (p. 5). Considerando contravenção os atos de discriminação, essa lei, cuja motivação, num nível mais imediato, foi um incidente com uma personalidade negra estrangeira, mostrou-se, no mínimo, inócua. Tentando uma medida mais efetiva, é apresentada à Assembléia Constituinte uma emenda. Também o jornal *Zero Hora* fala sobre o assunto na matéria intitulada "Elas ficam só no papel":

> *(...) Somente em 13 de julho de 1951, por proposição do então deputado e hoje senador Afonso Arinos (PFL/RJ), a Câmara dos Deputados aprovou a primeira lei (nº 1.390) na tentativa de inibir o preconceito racial. Mais uma vez pela iniciativa de Arinos, em 1967, a proposta foi traduzida para o texto constitucional. E só agora a discriminação começa a ser tratada como crime susceptível de penas, através da emenda do deputado negro Carlos Alberto Caó.* (*ZH*, p. 7.)

Na comemoração do centenário, o Congresso convocou uma sessão solene para o dia 12 de maio, pontuada de protestos de elementos do movimento negro, que, das galerias, se manifestavam "contrários à programação oficial", conforme noticiava a *Folha de S. Paulo* (p. 11).

Por seu turno, o presidente da República assinou decreto tombando a área onde se localizou o quilombo de Palmares; decretou 13 de maio de 1988 feriado nacional; e através de um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, no próprio dia 13, anunciou a criação da Fundação Palmares, órgão do Ministério da Cultura voltado para questões ligadas à comunidade negra.

Particularmente, o feriado despertou interesse por emprestar à data um cunho cívico. "O Brasil pára o trabalho hoje" é a expressão mais representativa da matéria intitulada "Com a palavra, os negros". Nela são colhidos depoimentos de várias pessoas sobre o feriado, dos quais destaco três, cada qual com sua expectativa do comportamento do Estado:

> *(...) Acho que merecemos o feriado. Isso demonstra que eles lembraram que o negro foi o primeiro trabalhador brasileiro.* (*UH*, p. 13.)

> *O dia 13 de maio não merece ser feriado porque lembra uma das maiores injustiças que esse país já cometeu. Em vez de feriado, o que o Governo deveria fazer era refletir e propiciar uma abertura política para mudar a situação do negro no Brasil.* (*UH*, p. 13.)

> *(...) Em vez de decretar feriado nacional, o Governo deveria, como forma de homenagem à raça, romper relações diplomáticas com a África do Sul e congelar todos os bens sul-africanos no Brasil.* (*UH*, p. 13.)

Nos jornais do centenário não há um texto mais longo ou elaborado sobre o papel do Estado nas relações raciais. E só em fragmentos esparsos e nos interstícios é possível perceber que a imprensa veicula uma imagem de que o Estado pouco fez – o que não quer dizer, necessariamente, que tenha sido neutro.

O CENTENÁRIO QUE FALA DAS DESIGUALDADES

O centenário fala ainda, ou principalmente, do racismo e da discriminação racial. Para tanto são utilizados, à farta, dados sobre o mercado de trabalho em que os negros são "os que mais produzem e menos ganham" (*O Dia*, p. 10), situação que se reproduz em variadas esferas sociais. A ausência de negros desfrutando de posições de destaque no universo político leva *O Dia* (p. 4) a declarar que a "discriminação mantém o negro fora do Poder". E, sintetizando todo esse quadro de desigualdades, o *Jornal do Brasil* afirma:

> *(...) desclassificados no mercado de trabalho, mal pagos mesmo quando conseguem ter uma boa formação escolar, são raros os negros que conseguem ascender socialmente no país da democracia racial.* (*JB*, p. 10.)

A par com a denúncia das desigualdades, desvela-se todo um repertório de práticas discriminatórias que se tornam ainda mais violentas quando assumem uma perspectiva individualizada. Não se trata mais de apreender as desigualdades através dos dados estatísticos, mas de identificá-las em pungentes depoimentos. O *Jornal do Brasil* publica quatro relatos nos quais salta à vista a existência de dificuldades adicionais enfrentadas por negros com trajetória de ascensão social (*JB*, p. 10). Em outra passagem da reportagem, registra, mais resumidamente, testemunhos de negros, alguns de vida pública, que revelam "um percurso de lutas". Já *O Dia*, de maneira ainda mais enfática, entrevista políticos, artistas e jogadores de futebol negros sobre experiências diretas de discriminação, que aparecem sob o título "A discriminação atinge até gente famosa" (*O Dia*, pag. 18).

O jornal *Zero Hora* se encarregou de demonstrar como se expressa e se reproduz o racismo. Na matéria "Os negros e os brancos concordam: há racismo", publica pesquisa de opinião especialmente encomendada, realizada entre 150 negros e 150 brancos, aos quais se pergunta, por exemplo: "Na sua opinião, o presidente da República deve ser (branco ou negro)?"; ou ainda: "O (A) Sr(a) concordaria ou não que o seu filho ou filha se casasse com um branco (negro) ou branca (negra)" (*ZH*, p. 12-13). Há também os resultados de outra pesquisa, que repete procedimento já adotado em trabalhos acadêmicos sobre as expectativas de desempenho, em que se constata que "as piores qualidades foram sempre atribuídas ao negro" (*ZH*, p. 14).

O centenário que fala das desigualdades tem um subproduto de igual importância: o centenário que fala da cidadania. O contexto de discriminação questiona, especialmente em seu princípio universalista, a eficácia do arranjo político que estabelece uma série de garantias mínimas para os indivíduos, no que diz respeito à capacidade da sociedade brasileira em tornar esses direitos realidade. Na primeira página do *Jornal do Brasil*, no box que faz a chamada para o suplemento sobre o centenário, lê-se que "o 13 de maio é uma oportunidade para a reflexão sobre a cidadania". No mesmo sentido, no destaque extraído do artigo "A abolição aboliu o quê?", a *Folha de S. Paulo* diz:

> *A distância que separava o ex-escravo da cidadania continua a separar hoje a população negra da mesma condição.* (*FSP*, p. B-8.)

O enfrentamento diretamente político dessa situação é visto como um dos objetivos do movimento negro, o que leva a que se destaque o histórico e a atuação dessa vertente do movimento social. O jornal *Zero Hora*, na matéria "Pela defesa de uma sociedade mais justa" (p. 24), descreve um pouco a trajetória de diversas entidades do Rio Grande do Sul. Em outra matéria, informa sobre a Frente Negra Brasileira e afirma:

(...) foi a maior entidade político-social de negros organizada neste século no País. Fundada em 16 de setembro de 1931, a organização durou aproximadamente seis anos, quando foi extinta, durante o Estado Novo, por um ato do então presidente Getúlio Vargas, em 1937. (*ZH*, p. 25.)

Contemporaneamente, a atuação do programa SOS Racismo mereceu destaque do *Jornal do Brasil* e de *O Dia* :

Em apenas 6 meses de atividade, o programa SOS Racismo, do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), conseguiu consolidar-se como um dos mais importantes redutos de resgate da cidadania e de direitos humanos e civis no Rio. (*O Dia*, p. 12.)

A discriminação racial, que se traduz em profundas desigualdades sócio-econômicas e que implica situações pessoais dramáticas, é o reflexo de uma organização social em que as hierarquias são constantemente reforçadas.[10] Esse processo é capaz de produzir depoimentos como o de uma popular figura da MPB, impressionante como declaração ou atitude efetiva e como máxima de uma sociedade hierarquizada:

Nunca sofri nenhum tipo de discriminação porque não costumo ir a lugares que não devo. No morro tinha branco e negro, tudo junto, e não havia nenhuma discriminação. (*O Dia*, p. 18.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais traduzem com propriedade os muitos significados atribuídos ao centenário. Esses significados foram (são) elaborados como resposta da sociedade brasileira à crise da "antiga ordem racial", uma vez que ficou abalada a credibilidade nos pressupostos que a sustentavam: o branqueamento é uma solução impossível, a democracia racial é uma ficção, o fim das desigualdades não é o corolário necessário do processo de modernização. Evidentemente, a "antiga ordem racial" dá sinais de sobrevivência, como o atesta a repercussão popular, especialmente em ambientes não-metropolitanos, do 13 de maio em sua dimensão de data a ser comemorada com regozijo ou declarações como a do descendente da princesa Isabel, para quem "os negros estão negando o gesto da abnegação e altruísmo de minha avó" (*JB*a, p. 12). No entanto, o momento em seu conjunto é de redefinições. Dessas redefinições falam os significados do centenário.

Segundo a caracterização temática estabelecida, se tivesse que apontar o significado, predominantemente atribuído ao centenário, indicaria aquele que o vê como um momento de denúncia das desigualdades. Não há uma só das fontes consultadas que, pelo menos em algum momento, não tenha falado do racismo na sociedade brasileira e de sua tradução em atos de discriminação. Tal constatação não tem apenas valor discursivo, mas aponta para uma questão com algo de paradoxal. A análise dos jornais parece corroborar a opinião de Hasenbalg segundo a qual a imprensa se destaca "como um dos poucos âmbitos públicos em que, mesmo esporadicamente, o problema do racismo e a questão racial são tratados de maneira realista e não ambígua". (Hasenbalg, 1987, p.79). Yvonne Maggie demonstra, como vimos, que "preto" é o termo reservado para se falar da "diferença propriamente social". Ora, se a imprensa é um fórum onde se aborda de maneira objetiva a questão racial e se "preto" é o termo que fala mais diretamente das diferenças, como, então, se justifica a opção pela categoria "negro" para falar das desigualdades, justamente o tema mais enfocado?

É possível que os elementos para essa resposta se encontrem na comparação da repercussão que o tema (relações raciais) teve em maio e novembro, para ficar apenas no con-

texto da "guerra de datas", tanto nesse período identificado como *ano do centenário*, quanto fora dele. Ou, ainda, no confronto entre as abordagens dispensadas ao centenário pelos diferentes meios de comunicação. Na programação das emissoras de TV publicada nos jornais, por exemplo, o centenário não aparece com grande destaque. O colunista responsável pelas seção "Televisão" (p. 18), do jornal *Última Hora*, chega a criticar que a programação de filmes não levasse em consideração a excepcionalidade da ocasião.

A resposta para o problema não pode ser, por enquanto, mais do que a formulação de vagas hipóteses: talvez o tratamento da questão racial pela imprensa seja excessivamente esporádico; talvez seja mais ambíguo do que parece; talvez estejamos longe da definição do emprego das categorias raciais, qualquer que seja a ordem de fenômenos a que se refiram.

De um modo geral, o que pudemos verificar é que as páginas em preto e branco dos jornais, como um caleidoscópio, revelam todos os matizes das nossas relações raciais. Os significados do centenário mostram que várias propostas têm buscado responder a dilemas nessas relações. Parece generalizar-se o sentimento de que a sociedade brasileira não conseguirá resolver seus graves problemas estruturais sem elaborar, ao mesmo tempo, uma resposta adequada à questão racial.

NOTAS

1. Mereceria uma análise, que foge aos limites do presente texto, essa contribuição de um significado regionalmente diferenciado das celebrações do centenário, quando outros autores, ainda que voltados para eventos circunscritos territorialmente, atribuem aos mesmos uma abrangência nacional, o que, aliás, marcou o próprio caráter do centenário. Até os jornais sediados em São Paulo, como mais adiante será visto, escapam de qualquer visão bairrista.

2. Conforme ficou mais recentemente demonstrado, através da pesquisa de M. Teixeira, a escolha dos termos disponíveis em um gradiente se faz em função da proximidade, a nível de relações pessoais, existente entre os sujeitos envolvidos numa determinada interação. Esse estudo é um flagrante da forma como operam as várias categorias raciais. Variedade expressa, também, em cerca de 135 designações diferentes obtidas na investigação do quesito cor pela PNAD de 1976 (cf. Silva, 1981).

3. No artigo "O trabalho e o negro cem anos depois" (*ESP*, p. 2), o autor utiliza a categoria "homens de cor". Contudo, em função do aludido consenso, passo também a empregar "negro". Igualmente o segmento do movimento social que orienta sua atuação pela luta contra o preconceito e a discriminação racial é genericamente identificado como "movimento-negro".

4. De forma semelhante, com menor destaque, o jornal *O Dia* registra o depoimento desse negro.

5. Essa mesma página está, em menor escala, no jornal *Zero Hora*, que reproduz, também, na primeira página do suplemento especial dedicado ao centenário, a lei que aboliu o trabalho escravo.

6. Grupos inteiros podem ser assim identificados: "Comunidade vive como os ancestrais em Santa Catarina" (*FSP*, p. 6).

7. Há mais seis fotos desse fotógrafo.

8. A esse respeito, ver Alencastro (1985).

9. Também as pessoas são comparadas a Zumbi. O bispo de João Pessoa é identificado como "Dom Zumbi, o negro que virou arcebispo" (*O Dia*, p. 19). A *Gazeta de Notícias* (p. 6) anuncia: "Candeia, como Zumbi, um negro a menos nesta 'Abolição' ".

10. Carvalho (1988) fala dos "muitos degraus de nossa hierarquia social durante o século XIX". E em outro artigo, no qual analisa a questão da cidadania no momento da transição operada com a abolição, afirma: "Em tal sociedade hierarquizada, a igualdade decretada pela lei tinha escassa conseqüência. Havia hierarquias de várias naturezas e as pessoas sabiam, com ou sem a lei, onde se deviam colocar e onde deviam colocar os outros (...) a passagem da condição de escravo para a condição de livre não era um salto para a cidadania. Era apenas pequeno passo numa longa escala hierárquica." (*FSP*, p. B-8.)

BIBLIOGRAFIA

Jornais citados

Folha de S. Paulo. São Paulo, 13 de maio de 1988. Várias seções e Folhetim Especial. (*FSP*)

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 12 e 13 de maio de 1988. Suplemento Especial do Centenário da Abolição, 1888-1988. (*GN*)

Jornal da Bahia. Salvador, 13 de maio de 1988. Caderno Especial. (*JBa*)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1988. Caderno B Especial. (*JB*)

O Dia. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1988.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 13 de maio de 1988. Suplemento Especial. (*ESP*)

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1988. (*TI*)

Última Hora. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1988. (*UH*)

Zero Hora. Porto Alegre, 13 de maio de 1988. Caderno Especial. (*ZH*)

Bibliografia citada

ALENCASTRO, Luís F de. Geopolítica da mestiçagem. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, (11):49-63,1985.

BIRMAN, Patrícia. Beleza negra. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (18):5-12, 1990.

CARVALHO, José M. de. As batalhas da abolição. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (15):14-23, 1988.

CAVALCANTI, Maria Laura V. A temática racial no Carnaval carioca: algumas reflexões. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (18):27-44, 1990.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

———. O negro nas vésperas do centenário. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (13):79-85, 1987.

——— *et allii*. Miscigenação racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (16):188-97, 1989.

MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Catálogo; Centenário da abolição*. Rio de Janeiro, Ciec-Núcleo da Cor, 1989.

OLIVEIRA, Lucia E. *et allii*. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

———. De festa também se vive: reflexões sobre o centenário da Abolição em São Paulo. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (18):13-26, 1990.

SILVA, Nelson do Valle. Cor e processo de realização sócio-econômica. *Dados*. Rio de Janeiro, 24(3):391-409, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco; raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, M. de Poli. Família e identidade racial. Dissertação de Mestrado, PPGAS, 1986.

VAINER, Carlos. Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (18):103-118, 1990.

SUMMARY

The abolition centennial(s)

May 13, 1988 marked the one-hundredth anniversary of the act that abolished slave labor in Brazil. It was the motive of manifestations on the part of a wide diversity of social actors. The complementary as well as conflictive meanings that were assigned to this event demonstrate that it was a moment not only for addressing a historical fact but also for discussing contemporary problems. This paper seeks to grasp the meanings attached to the centennial, through reference to editions and supplements published on or around May 13, 1988 in specific response to the centennial.

The most recurrent representations of racial relations in Brazil can be characterized above all by their harmonious character. These relations are guided by presuppositions – equal opportunities for different racial segments, racial democracy, and miscegenation as a whitening process – that have alternately or simultaneously served to camouflage existing racial tensions and conflicts.

In most recent times, these presuppositions have been the target of stubborn contestation. It has been proven that race constitutes a structural classificatory element, despite the modernization and industrialization of Brazilian society. In parallel, disguised or openly assumed racism and discrimination have come to be perceived as systematic practices. Racial democracy, a fundamental component in the image of the Brazilian's cordial temperament, thus emerges as a myth.

On the other hand, following a long process of miscegenation, the strategy of arriving at an effectively white population has proven a failure. As was true at the beginning of this century, there is no one to be found who will seriously defend the ideology of whitening, which from its genesis has been committed to what are currently unsustainable racist premises.

For the author, these circumstances trace a picture of crisis in the 'old racial order', since the credibility of the presuppositions that sustained this order has been shaken. In this sense, it can be said that Brazilian society is now undergoing a moment of redefinition in its social relationship patterns – something that was characterized in the abolition centennial.

An analysis of research material reveals the many possible responses to the issue of race relations. The variations in the racial categories used, the disputes over dates and symbols, the emphasis on certain issues (such as racial inequality, contributions, and others) all reflect a phase of lack of definition – or, more precisely, of redefinition. At the same time, the realization that Brazilian society will not find a solution for its serious problems unless it adequately resolves the race question seems to be gaining firmer footing.

RÉSUMÉ

Les différentes versions du centenaire de l'abolition de l'esclavage

Le 13 mai 1988, on a fêté le centenaire de l'acte qui décrétait la suppression du travail esclave au Brésil. Venus des plus différents horizons, de nombreux acteurs sociaux se manifestèrent alors. Les significations attribuées à cet évènement, qu'elles soient complémentaires ou contradictoires, prouvent qu'il ne s'agissait pas uniquement de commémorer un fait historique mais aussi de discuter les problèmes contemporains.

Cet article a pour but d'appréhender les nombreuses significations attribuées à ce centenaire. Il est basé sur des éditions et des suppléments publiés spé-

cialement à cette occasion le 13 mai 1988 ou aux environs de cette date.

Les représentations les plus courantes des rapports raciaux les montrent comme essentiellement imprégnés d'harmonie. Elles sont basées sur des suppositions: l'égalité des chances entre les différents segment raciaux, la démocratie raciale et le blanchissement de la race par le métissage. Tour à tour ou simultanément, ces suppositions servent à camoufler les tensions et les conflits raciaux.

Elles sont pourtant constamment contestées de nos jours. il a été prouvé que la race constitue un élément classificatoire structurel, malgré la modernisation et l'industrialisation de la société brésilienne.

Parallèlement à ceci, les manifestations de racisme et de discrimination, qu'elles soient voilées ou ouvertement assumées, sont de plus en plus perçues comme des pratiques systématiques. La démocratie raciale, qui est une des composantes fondamentales de l'idée reçue selon laquelle les brésiliens ont une nature cordiale, s'est révélée un mythe.

Par ailleurs, on constate l'échec de la stratégie qui avait pour but de rendre la population blanche à travers un long processus de métissage.

Pour l'auteur, ces circonstances révèlent une situation de crise dans ce qui serait "l'ancien ordre racial" puisque les hypothèses sur lesquelles il se basait ont vu leur crédibilité ébranlée. A ce sujet, on peut dire que la société brésilienne vit actuellement un moment de redéfinition de modèles de rapports raciaux. Le centenaire de l'abolition en est une illustration.

L'analyse du matériel recueilli révèle les nombreuses réponses possibles pour les rapports raciaux. Les variations concernant les catégories raciales employées, les disputes autour de dates et de symboles, l'insistance sur certaines thématiques (les inégalités raciales, les contributions, entre autres) représentent une étape d'indéfinition ou plutôt de redéfinition. En même temps, on comprend de plus en plus profondément une chose: la société brésilienne ne trouvera de solution à ses graves problèmes que si elle se montre capable d'élaborer une réponse adéquate à la question raciale.